

Proposta do reitor agradou aos estudantes

«LETRAS» DO PORTO NÃO VAI PARA A GREVE

«Apesar de considerarmos que não há evolução por parte do ministro da Educação senão ao nível da linguagem, estão reunidas condições objectivas para suspender a greve relativamente à Faculdade de Letras do Porto (FLAP), já que a proposta efectuada pelo Reitor para a constituição de uma comissão que desbloqueie o diferendo foi compreendida pelos alunos», revelou-nos Manuel Loff, dirigente da Comissão Nacional de Estudantes, após a reunião geral de alunos (RGA) alunos realizada ontem de manhã naquela Faculdade.

A decisão, que «não pretende de forma alguma quebrar a solidariedade nacional com os estudantes das outras Faculdades», insere-se no espírito de abertura para a resolução dos problemas que norteia os estudantes. Por isso, as propostas avançadas pelo Reitor no sentido da elaboração de uma comissão composta pelos três presidentes dos órgãos de gestão da FLAP, de três representantes dos alunos e ainda do Reitor, prof. Alberto Amaral, foi encarada como um esforço e concreto a ser levado em linha de conta. Desta comissão que irá ser criada sairá uma proposta que será apresentada ao Ministério da Educação em finais de Abril.

A proposta defende ainda a entrada em funcionamento no próximo ano lectivo do regime transitório para os quinto e sexto anos e solicita aos conselhos directivos e científicos desta Faculdade a apresentação de uma lista de recursos

necessários à entrada em funcionamento, em Outubro, das áreas de formação profissional.

Esta solução de o diálogo se efectuar entre estudantes e responsáveis das próprias Faculdades é baseada na vontade do ministro João de Deus Pinheiro de atribuir uma maior autonomia universitária a cada estabelecimento de ensino e vem abrir novas perspectivas de discussão deste complexo diferendo, já que permite uma análise localizada do problema.

Só que apenas em 28 de Abril será discutido no Parlamento o diploma respeitante à autonomia universitária em que se baseia esta «solução de compromisso».

Segundo este esquema «provisório», cada Faculdade discutirá internamente os problemas, pelo que avançará uma proposta ao Ministério. Contudo, frisa Manuel Loff que «o importante é ultrapassar a nível nacional os pontos de divergên-

cia», adiantando que «os estudantes não quebrarão a solidariedade».

Dia do Estudante: paralisação voluntária a partir das 14

Foi decidido ainda que haverá hoje, a partir das 14 horas, a falta voluntária às aulas para participação nas comemorações do Dia Nacional do Estudante com acções rua. Essas acções serão decididas numa RGA a realizar para o efeito nas instalações da Faculdade com início previsto também para as 14. O tema das comemorações será «Para uma nova política de ensino».

Colocámos a Manuel Loff, entretanto, a questão de como decorrem os trabalhos no seio da Comissão Paritária constituída para a reestruturação do curso de Letras. O responsável estudantil foi peremptório ao afirmar que «a Comissão esteve bloqueada durante muito tempo por culpa exclusiva do presidente do Conselho Científico de Lisboa, dr. Malaca Casteleiro que se recusou a participar nas reuniões sob o pretexto falso de que seria necessário resolver em primeiro lugar os problemas associativos na Faculdade de Lisboa».

«Tudo isso» — acrescentou — «bloqueou um processo que todos temos o maior interesse em resolver o mais depressa possível».

A Comissão chegou a acordo em apenas dois pontos dos nove em questão: sobre os direitos dos trabalhadores estudantes e sobre a habilitação própria para os cursos de línguas e literaturas modernas, tendo sido adiada a discussão em relação aos «números clausus».

Entretanto, a Comissão Nacional de Estudantes reuniu com a sub-comissão parlamentar encarregada de análise do processo da legalização no ano passado de três novas Faculdades a que preside José Apolinário. Os estudantes entregaram na ocasião um relatório de esclarecimento sobre o processo, tendo sido observado uma grande abertura por parte dos deputados. Esse processo vai ser levado a discussão parlamentar na próxima sexta-feira, esperando, como nos referiu Manuel Loff, «não seja concedida a ratificação do acto elaborado pelo Governo».

Contudo, os estudantes, caso o diploma seja ratificado, irão solicitar à que seja constituída uma comissão parlamentar de inquérito para averiguação do modo como foram legalizadas as Faculdades em questão.

Dia

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31

Conflito. estudantes